

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST31 Migrações, trabalho e capitais

Imigrantes, Sociedade e Economia – Brasil e Argentina no período de 1870 a 1930.

André Luiz Lanza

*Mestrando, Bolsista CAPES-CNPq – Programa Interdisciplinar de Integração da
América Latina, PROLAM/USP.*

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lamounier

*Professora Associada - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto – FEA-RP/USP.*

Imigrantes, Sociedade e Economia – Brasil e Argentina no período de 1870 a 1930.

André Luiz Lanza
Mestrando, Bolsista CAPES-CNPq – Programa Interdisciplinar de Integração da América Latina, PROLAM/USP.

Maria Lucia Lamounier
Professora Associada - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP/USP.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, relacionar e comparar o papel dos imigrantes europeus no desenvolvimento econômico e nas mudanças nas sociedades ocorridas no Brasil e na Argentina no período de 1870 a 1930. Durante o referido período houve a inserção de ambos os países no comércio internacional, levando à expansão de suas economias agroexportadoras marcadas, no Brasil pela produção cafeeira no sudeste do país e em especial no estado de São Paulo e na Argentina, pelos cereais e produção pecuária na região de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, produziu-se o desenvolvimento industrial e a modernização de suas infraestruturas. Os dois países estavam caracterizados pela grande disponibilidade de terras, escassez populacional e demanda crescente por mão-de-obra para sustentar a economia agroexportadora. As políticas empreendidas para resolverem esses problemas levaram à entrada massiva de imigrantes nos países. A literatura para o período destaca a importância desses imigrantes na formação e consolidação das indústrias nacionais, atuando como trabalhadores ou como empresários, bem como sua influência nas transformações da sociedade à época.

Palavras-chave: Imigrantes; Industrialização; Economia; Brasil; Argentina.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo examinar, relacionar e comparar o papel exercido pelos imigrantes nos processos de desenvolvimento econômico e de mudanças nas sociedades apresentados pelo Brasil e pela Argentina num período de 60 anos, compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Mais especificamente, comparar tais processos em duas importantes regiões agroexportadoras do período, como o estado de São Paulo e a província de Buenos Aires. As duas economias eram as maiores da América do Sul e apresentaram desenvolvimentos semelhantes. Entre 1870 e 1930, os dois países apresentaram similitudes em seus processos de imigração e industrialização. Também eram similares seus cenários econômicos.

Ambos possuíam uma economia tipicamente agroexportadora, fornecendo matérias-primas e bens primários aos países industrializados e deles importando produtos manufaturados demandados pela população. Tanto o Brasil quanto a Argentina utilizaram mão-de-obra estrangeira para o seu crescimento. As políticas de atração de imigrantes mostram-se parecidas nos dois países e a presença, principalmente dos europeus, trouxe grandes mudanças para as regiões.

A partir de 1870, as mudanças no cenário internacional foram fatores-chaves no desenvolvimento econômico dos dois países. A crescente demanda nos mercados e fábricas dos países industrializados, em especial os Europeus e os Estados Unidos, por produtos primários produzidos na América Latina e o aumento na demanda da população latino-americana por produtos manufaturados, estava levando ao desenvolvimento do comércio e à circulação monetária, antes quase inexistentes.

Esse aumento da demanda global por matéria-prima levou à inserção do Brasil e da Argentina no comércio internacional o que, por sua vez, fez com que ambas as economias, especializadas em produtos primários, se expandissem. No Brasil, o motor da economia agroexportadora foi o café, produzido no estado de São Paulo. Na Argentina, esse papel estava centrado na produção de cereais e de produtos pecuários, como a carne, o charque e a lã na província de Buenos Aires. Outro fator derivado diretamente da expansão do setor primário foi a demanda por mão-de-obra, escassa em ambos os países.

Tanto o Brasil quanto a Argentina eram caracterizados, até 1870, pela falta de um mercado nacional unificado, população escassa e concentrada no litoral, amplos

espaços vazios no interior e comércio dependente do setor exportador. Suas inserções no mercado internacional aliado às suas conjecturas internas levaram ao desenvolvimento de políticas de incentivo à imigração.

A revisão bibliográfica mostra que a imigração geralmente esteve ligada à necessidade de ocupação territorial e como mão-de-obra para os setores dinâmicos das duas economias. Vários são os autores que apontam a relação dos imigrantes com os desenvolvimentos econômicos e sociais e com as mudanças ocorridas nos dois países no período. Os imigrantes tiveram responsabilidade no crescimento populacional, no desenvolvimento da economia monetária, no dinamismo nos setores de comércio e serviços e no aumento da demanda por produtos manufaturados no Brasil e na Argentina. Outro papel importante atribuído aos imigrantes é sua contribuição para o desenvolvimento industrial dos dois países.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil consoante à entrada massiva de estrangeiros no país teve grande influência nas transformações vividas pela economia e pela sociedade no período. A imigração, em grande parte, foi subsidiada pelos fazendeiros e pelo governo provincial de São Paulo. Os imigrantes vinham para o trabalho nas fazendas sob o sistema de colonato. Ao receberem remunerações em dinheiro e poderem comprar e vender mercadorias, os imigrantes contribuíram para a circulação monetária e o desenvolvimento do comércio (BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 144 – 145; GIFUN, 1972, p 70-71).

Entre 1890 e 1920, entraram no Brasil mais de 3,5 milhões de imigrantes, italianos em sua grande maioria. O estado de São Paulo absorveu quase 60% do total dos imigrantes que entraram no país. No mesmo período, o crescimento exponencial tanto da população brasileira quanto do estado e cidade de São Paulo e o aumento da população urbana é destacado por diversos autores (FAUSTO, 1986, p. 779, DEAN, 1971, p. 58). Esses enormes aumentos populacionais são decorrentes da taxa de natural de crescimento, mas é na imigração que se tem a melhor explicação.

A Argentina foi o segundo país que mais recebeu imigrantes no período estudado. A imigração teve contribuição direta no crescimento populacional, sendo que entre 1869 e 1914 a população mais que quadruplicou, no aumento da taxa de crescimento natural da população e na oferta anual de mão-de-obra diretamente para o mercado de trabalho.

São diversos os autores, para os dois países que veem no incremento da população de origem imigrante um fator importante para a industrialização¹. A revisão bibliográfica mostrou diversas teorias sobre a industrialização no Brasil e na Argentina. Há uma divergência quanto ao seu período de início. Vários autores marcam esse começo logo nas décadas de 1880-1890; outros afirmam que não se pode falar em industrialização antes de 1930. A teoria do crescimento induzidos pelas exportações se mostra presente entre estudos dos dois países para explicar o desenvolvimento industrial apresentado no período de 1880 e 1930. Os censos industriais mostram a evolução das manufaturas no período estudado e apontam o setor industrial já dinâmico e em expansão. Pelos censos e dados estatísticos pode-se confirmar também a participação dos imigrantes, como industriais e como operários, tanto no Brasil quanto na Argentina.

O objetivo do texto será analisar a influência dos imigrantes tanto nas sociedades quanto nas economias do Brasil e da Argentina no período de 1870 a 1930. O texto está dividido em duas seções além desta introdução e de uma conclusão. A primeira seção trata do cenário em que os dois países estavam inseridos antes do início da grande onda imigratória e os fatores que levaram a ela. Também são analisadas as mudanças que a presença estrangeira acarretou nas duas sociedades. A segunda seção trata de analisar a economia dos dois países no período e a participação dos imigrantes no desenvolvimento da indústria do Brasil e da Argentina.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste na análise de dados e revisão de literatura. As fontes primárias são compostas de censos populacionais, estatísticas industriais, almanaques, dentre outras, contidas em acervos *online* e físicos do Brasil e da Argentina. O *paper* é fruto de uma pesquisa em andamento que comporá a dissertação de mestrado

1. Os imigrantes na sociedade: mudanças na estrutura da população

Para discutirmos sobre a influência dos imigrantes na sociedade e na economia na Argentina e no Brasil, precisamos primeiro traçar um panorama dos dois países anteriormente à chegada massiva dos estrangeiros e o que levou a esse cenário.

A Argentina começou seu período de desenvolvimento econômico com a unificação do país 1862. Até a década de 1870, a Argentina estava caracterizada pela

¹Ver: IRIGOIN,1984; DEAN 1971; SUZIGAN, 2000; LENZ 2004; COSTA, 2007.

falta de um mercado nacional unificado decorrente dos altos custos dos transportes entre o interior e o litoral, baixa densidade populacional, capital escasso e infraestrutura inadequada. A economia era limitada às áreas próximas aos centros povoados do nordeste e aos ligados à Buenos Aires, sendo a pecuária a principal atividade, visto que era necessário baixo capital e trabalho para sua realização. A agricultura, dada à falta de transportes internos, também se encontrava limitada. O comércio exterior era dependente dos produtos advindos da criação de gado, como o couro e o charque. Antes de 1870, a lã também foi um produto que compôs a pauta de exportações argentinas, graças ao aumento da demanda nos países europeus e nos Estados Unidos. A produção de lã, por ser intensiva em capital, terra e trabalho, provocou demanda por investimento em transportes e ampliação das áreas pastoris. (CONDE, 1986, p. 328-329).

A expansão dos rebanhos, mesmo em um cenário de baixa dos preços internacionais, foi possível com a incorporação de novas terras a custos muito baixos, e até nulos, possibilitando não só a manutenção da economia quanto o aumento dos ganhos. Investimentos em transporte e comunicação foram essenciais no período. Em 1862, sobre o governo do General Mitre, começaram as obras de infraestrutura, como o traçado da ferrovia e, em 1876, já se tem a exportação de cereais. Após a federalização de Buenos Aires e unificação argentina, começaram as Campanhas do Deserto², com o objetivo de expandir as fronteiras e conquistar a região dos pampas, o que o abriria para a expansão das atividades econômicas. A Conquista do Deserto foi fundamental para atender o aumento da demanda global, já que permitiu a exploração da nova terra e consequente incremento da produção de carne e cereais. (CONDE, 1986, p. 329-330).

Em 1870 o país tinha sua pauta de exportações dominadas completamente por produtos agropecuários. Naquela década começaram as obras de melhoria e ampliação da infraestrutura de transporte, com as ferrovias, e de comunicação, com as redes de telégrafos, que aliadas à federalização de Buenos Aires levaram ao sucesso empreendido pelo General Roca nas Campanhas do Deserto de 1878/79 sobre os indígenas. O crescimento das exportações e inclusão no mercado internacional vivido nas décadas seguintes foi resultado direto das expansões territoriais ocorridas com a

²Lenz (2004, p.118) afirma que para Lewis (1980), as Campanhas do Deserto de 1878/79 e a vitória do general Roca sobre os indígenas, foram consequências do desenvolvimento econômico e não a sua causa. Foi o desenvolvimento que permitiu o fortalecimento da autoridade estatal e aplicação dos projetos de infraestrutura que foram usados por Roca em sua operação. Para Lenz (2004, p.106), o “crescimento das exportações e a abertura externa só foram possíveis com uma grande expansão territorial pela ocupação do imenso espaço de terras férteis dos pampas”.

Conquista do Deserto. A exploração econômica das terras dos pampas com incremento da produção de carnes e cereais permitiu à Argentina atender as demandas externas já que o uso extensivo dessas terras de boa qualidade proveu as bases para a competição com a produção interna dos países industrializados, de clima e produção agrícola semelhantes (LENZ 2004, p. 106, p. 124; CONDE 1968, p. 68-70).

O desenvolvimento da malha ferroviária foi de grande importância no período, pois foi esse sistema de transporte bem estruturado o responsável pela integração dos pampas com o litoral e pela ligação e unificação dos mercados internos com os portos exportadores. Conforme as ferrovias avançavam rumo ao interior do país e realizavam essa unificação dos mercados, mais terras eram colocadas à disposição para o cultivo. Assim como o Brasil, a Argentina também sofria com a falta de mão-de-obra para trabalhá-las e a solução também foi o incentivo à imigração europeia para suprir essa demanda. (CONDE, 1986, 333-334; FURTADO, 2007, 97-103).

Lenz (2004, p. 124) também coloca grande importância nas ferrovias ao afirmar que o desenvolvimento visto nas décadas seguintes – a expansão das atividades rurais e suas consequências, o crescimento dos mercados regionais e aumento do poder de compra da população – foram resultados derivados dela.

Conforme as terras eram postas à disposição por meio da Conquista do Deserto e da integração realizada pelas ferrovias, dois problemas surgiam na Argentina: a falta de população para colonizar essas novas regiões e a falta de mão-de-obra para trabalhá-las. É nesse cenário que começam as grandes migrações vindas para a Argentina nas décadas subsequentes.

O Brasil antes de 1870 possuía características muito similares às da Argentina. Entre últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX o país teve como centro dinâmico de sua economia na produção cafeeira. Entre 1850 e 1890 a produção começou a aumentar devido ao crescimento da demanda e dos preços no mercado internacional. As lavouras se expandiam em direção ao Nordeste do estado de São Paulo ao mesmo tempo em que eram implantadas políticas visando o fim do trabalho escravo no país. Durante estes processos, a demanda por mão-de-obra para o trabalho nas lavouras se mostrava cada vez mais forte e conseguiu ser suprimida, por pouco tempo, através do tráfico interno de escravos ou pela população local, mas com escasso sucesso. Foi então que as primeiras tentativas de atração de imigrantes ocorreram. Essas

políticas antiescravistas culminaram com a Lei Aurea em 1888, abolindo a escravidão em todo o território brasileiro. Com a libertação dos escravos, novas medidas e mecanismos de atração de populacional foram postas em práticas e foi durante a década de 1890 que o país recebeu o maior contingente de imigrantes do período, italianos em sua grande maioria (LAMOUNIER, 1988, p. 13-15; HOLLOWAY, 1984, p 116-118; DEAN, 1971, p. 9)

O sistema colonial havia criado um país essencialmente agrário, pouco urbanizado e com população concentrada no litoral. As cidades portuárias eram especialmente importantes visto que a economia era voltada para a exportação de produtos primários. O sistema latifundiário escravista era o principal sistema produtivo até a segunda metade do século XIX. A partir de então, diversos fatos ocorreram no campo social e econômico do Brasil com profundo impacto nas mudanças que viriam nas décadas seguintes. (COSTA, 2007, p. 237-239).

Em 1850 ocorreu a primeira das medidas que visavam o fim do trabalho escravo no país. A extinção do tráfico internacional de escravos coincidiu com crescente expansão cafeeira em direção ao oeste de São Paulo e colocou em questão a busca de alternativas ao trabalho escravo. Entre 1850 e 1890, os cafeicultores paulistas utilizaram várias estratégias para resolver o problema da mão-de-obra de modo a sustentar a contínua expansão das plantações de café. Procurou-se dar continuidade ao sistema escravista, recorrendo ao tráfico interno de escravos, com o deslocamento dos escravos do decadente nordeste açucareiro para as regiões em dinamismo produtoras de café no sudeste. (LAMOUNIER, 1988 p. 13-14).

A aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e a desestruturação do sistema escravista nas décadas seguintes, os fazendeiros de café de São Paulo modificaram as condições de trabalho consolidando o sistema de colonato e, com grande êxito, a política de imigração subsidiada. A abolição definitiva da escravidão e a chegada em massa de imigrantes europeus ao final da década de 1880 tiveram efeitos importantes para o processo de industrialização de São Paulo. (COSTA, 2007 p. 253-254).

Tanto para o Brasil quanto para a Argentina residia no setor exportador o chamariz imigratório com as ofertas de trabalho que encontraram no estrangeiro a sua demanda, visto a escassez no mercado laboral local. A navegação a vapor reduziu pela metade o tempo necessário para se cruzar o atlântico e dobrara a capacidade dos navios. Não só a mobilidade de capital, mas também, ocorria com maior frequência então, a do

fator de produção trabalho entre os continentes graças à redução dos custos dos transportes (KLEIN, 1999, p. 23; LEWIS, 1991, 239-240).

Klein (1999) afirma que três fatores combinados deram origem às grandes migrações europeias que ocorreram entre 1870 e 1930: o acesso à terra, a sua capacidade produtiva e o número de pessoas de uma mesma família a serem mantidas por um mesmo lote de terra. O crescimento exponencial da população do continente europeu a partir do século XVIII aliado à queda da mortalidade, com o passar do tempo, começou a exercer pressão sobre setor agrícola de seus países. A quantidade de pessoas a serem mantidas com a produção de um mesmo lote de terra aumentara. Ocorreram, então, mudanças que dificultaram o acesso à terra pelas populações camponesas. O número de minifúndios diminuía enquanto os latifúndios aumentavam com rapidez. Os camponeses que anteriormente viviam numa agricultura de subsistência, se viram obrigadas a trabalharem para outros proprietários de terras. Com a revolução agrícola e mecanização da agricultura, muitos perderam seus empregos no meio rural e as dificuldades financeiras atingiram grande número dos trabalhadores rurais europeus, expulsando-os para o meio urbano ou então, forçando-os a emigrarem (KELIN, 1999, p. 14-16).

Os imigrantes vindos tanto para o Brasil quando para a Argentina eram, em sua grande maioria, jovens e adultos pobres, do sexo masculino, em busca de emprego, temporário ou permanente. O grande objetivo desses imigrantes era a acumulação de poupança e a ascensão social, visto que desse lado do atlântico os salários eram consideravelmente melhores, para posteriormente, retornarem a seus países de origem. Essa prática de imigração temporária foi realizada por cerca de 50% dos imigrantes que chegaram aos dois países. Os imigrantes que permaneceram começaram a constituir família e buscar ascensão social na América (KLEIN, 1999, p. 24; FAUSTO, 1993, p. 4).

A terra abundantemente disponível, a agricultura de exportação em ascensão e a falta de mão-de-obra para trabalhar no setor aliado aos salários mais altos em relação à Europa, se tornou o chamariz de imigrantes para os países da América Latina. Mudanças tecnológicas no final do século XIX foram importantes fatores no fluxo migratório internacional. As inovações no transporte marítimo com o uso dos navios à vapor reduzira pela metade o tempo necessário para se cruzar o atlântico e dobrara a capacidade dos navios. Novas tecnologias permitiam a exportação de produtos

perecíveis a longas distâncias. Tais mudanças levaram os países da América Latina às rotas do comércio mundial. Não só a mobilidade de capital, mas também, ocorria com maior frequência, a do fator de produção trabalho entre os continentes dada a redução dos custos dos transportes (KLEIN, 1999, p. 23; CONDE, 1968, p. 71-72).

1.1. O papel dos imigrantes

Os imigrantes compuseram uma parcela significativa da população tanto na Argentina quanto no Brasil.

A Argentina foi o segundo país americano que mais recebeu imigrantes europeus, com mais de 6,3 milhões de estrangeiros entrados no país durante o período de 1870 a 1930, superado apenas pelos Estados Unidos.

Tabela 1: Imigração líquida na Argentina de 1880 a 1930

Década	Quantidade de imigrantes que entraram e ficaram na Argentina
1880	637.700
1890	319.900
1900	1.120.200
1910	269.100
1920	856.000
Total	3.202.900

Fonte: Adaptado de Díaz-Alejandro (1983, p. 36)

Um fenômeno comum à Argentina foi o da imigração sazonal. Imigrantes europeus cruzavam com frequência o oceano para trabalharem durante as colheitas, retornando em seguida a seus países de origem. De acordo com Diaz-Alejandro (1983, p. 35) isso explica a grande emigração em anos onde a entrada de imigrantes foi particularmente elevada. Segundo o autor, entre 1890 e 1900 entraram e saíram em média, por ano, 50.000 trabalhadores estrangeiros. Na década subsequente essa cifra se elevou a 100.000 trabalhadores sazonais³.

³Outros autores chamaram a atenção para o fenômeno: “durante certos períodos, a Argentina experimentou um curioso fenômeno de imigração de caráter sazonal. As famosas ‘golondrinas’

Tabela 2: Composição da População Argentina de acordo com os censos nacionais.

Argentina de acordo com os censos nacionais			
Ano	População total	Estrangeiros	Estrangeiros na população total
1869	1.737.026	210.192	12,10%
1895	3.954.911	1.004.527	25,40%
1914	7.885.237	2.357.952	29,90%

Fonte: Argentina, *Primer censo de la Republica Argentina, 1869*; Argentina, *Segundo censo de la Republica Argentina, 1895*, vol. II; Argentina, *Tercer censo nacional, 1914*, vol. II.

De acordo com a Tabela 2, a participação dos estrangeiros na população argentina, era de 12,1% em 1869; 25,4% em 1895 e 29,9% em 1914.

A imigração teve contribuição direta no crescimento populacional argentino⁴, sendo que entre 1869 e 1914 a população mais que quadruplicou. Em 1869 o país tinha pouco mais de 1.730.000 de habitantes. Em 1914 esse total já havia alcançado 7.885.237 e em 1930, pouco mais de 11.935.000. A imigração influenciou não só o crescimento populacional, mas também a taxa anual de crescimento e na oferta de mão-de-obra⁵.

Os imigrantes tiveram uma influencia considerável na formação e composição das cidades argentinas. A população urbana representava apenas 29% do total em 1869, passou para 53% em 1914. Buenos Aires apresentou o crescimento mais significativo, passando de 181.838 habitantes em 1869 para 1.575.814 em 1914. Outras cidades apresentaram o mesmo cenário. Córdoba passou de 28.523 para 121.982, Mendoza de 8.124 para 58.790 e Tucumán de 17.438 para 92.824 habitantes. No interior do país

emigravam da Itália pelo período de 3 meses na época das colheitas” (GALLO, 1986, p. 368). Rock (1986, p. 399) nos fala que muitos dos imigrantes que entraram na província de Buenos Aires antes da primeira guerra e da mecanização das lavouras eram imigrantes sazonais europeus (*golondrinas*). As cidades acolhiam uma população flutuante e semiempregada. Esse autor afirma que se deve à classe média rural, enraizada o desenvolvimento do mercado para os serviços urbanos locais, proporcionando-os grandes oportunidades de crescimento e diversificação.

⁴ Diaz Alejandro (1983, p. 36) confirma nossa afirmação ao dizer que “sem imigração e supondo um crescimento anual de 2%, a população teria se elevado de 1.7 milhões em 1869 para 5,7 milhões em 1929; ao invés, em 1929 chegava a 11,6 milhões, ou seja, cerca de 10 milhões a mais que em 1869. De acordo com este cálculo aproximado, 60% do crescimento demográfico pode ser atribuído à decisão de permitir a imigração líquida”.

⁵ Ver: LATTES&LATTES, 1974, p. 23, 33, 59-63; IRIGOIN, 1984, p. 5-6; CONDE, 1986, p. 335-336.

também ocorreu o aumento das vilas e pequenas cidades devido à expansão da agricultura e da ferrovia nos pampas, passando de 20 em 1869 para 211 em 1914. (GALLO, 1986, p. 363-365).

Durante o século XIX ocorreram importantes mudanças demográficas no Brasil. População cresceu de 3,8 milhões em 1822 para mais de 10 milhões em 1872 e mais de 14 milhões em 1889. No decorrer daquele século, a composição da população brasileira se alterou bastante. Em 1822, escravos constituíam metade da população brasileira. Em 1872 passaram a ser 15,8% e em 1888 apenas 5%. O Rio de Janeiro em 1872 possuía uma população de 275.000 pessoas das quais 84.000 eram estrangeiros. No mesmo ano, os imigrantes representavam 11% da população de Curitiba, 12% a de Porto Alegre e 8% a população da cidade de São Paulo. O censo de 1890 apresentava dados que comprovavam a maior participação dos imigrantes no Brasil. De acordo com ele, a presença de estrangeiros em São Paulo passou a ser de 22% da população total. Até o ano de 1890 foram registrados 150.000 imigrantes vivendo no Brasil, 70% deles concentrados nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e 17,6% no Rio Grande do Sul. (COSTA, 1986, p. 728).

Tabela 3: Evolução das populações brasileira e argentina.

Ano	População	
	Brasil	Argentina
1869	10.112.001 (1872)	1.737.026
1895	14.333.915	3.954.911
1914	25.252.690	7.885.237
1930	37.625.436	11.935.000

Fontes: Para o Brasil, IBGE *Séries Estatísticas Retrospectivas*, vol. I, 1986; Argentina: *Primer censo de la Republica Argentina, 1869; Segundo censo de la Republica Argentina, 1895*, vol. II; *Tercer censo nacional, 1914*, vol. II; LATTES (1975, p. 30).

No Brasil, como visto, a imigração estava diretamente relacionada com o setor exportador cafeeiro. O movimento migratório se deu, na sua maior parte, na década de 1880 com as políticas governamentais visando à atração de trabalho imigrante para as fazendas de café. Os imigrantes vinham sob o sistema de colonato no qual o dono da terra contratava o estrangeiro (colonos) e, além de pagar uma remuneração monetária

pelo trabalho nas colheitas de café, os provia com um pedaço de terra no qual cultivar gêneros de subsistência e lhes permitia vender o excedente produzido, gerando assim um sistema de dupla remuneração (FAUSTO, 1986, p. 780).

No meio daquela década, as fazendas cafeeiras e o governo provincial de São Paulo implantaram medidas bem-sucedidas que asseguraram a entrada contínua de estrangeiros até a década de 1920. Os imigrantes, na grande maioria italianos, vieram ao Brasil por meio de um sistema de subsídios. Tanto o governo brasileiro quanto o paulista pagavam pelo transporte transatlântico e proviam infraestrutura para recebê-los. Entre 1890 e 1930, mais de 3,5 milhões de imigrantes entraram no Brasil (BACELLAR&BRIOSCHI, 1999, p. 141-147).

Tabela 4: Entrada de Imigrantes no Brasil de 1890 a 1930

Década	Quantidade de Imigrantes Entrados no Brasil
1890	1.205.703
1900	649.898
1910	821.522
1920	846.522
Total	3.523.591

Fonte: Adaptado de Petrone (1997)

O Censo de 1920 mostra que entre um quinto e um terço das populações das cidades de São Paulo estavam compostas por imigrantes (GIFUN, 1972, p. 70-71).

Os incentivos à imigração para São Paulo atraíram cerca de 60% de todos os imigrantes que entraram no Brasil entre 1884 e 1933, o que se comprova pelo crescimento exponencial da população paulista. Em 1872, a cidade de São Paulo tinha não mais de 23.000 habitantes. Em 1920, já havia alcançado os 580.000, sendo mais de dois terços desse total estrangeiros (DEAN, 1971, p. 58).

A população do estado paulista cresceu de 1.221.380 habitantes em 1886 para 2.279.608 em 1900 e 6.433.327 em 1934. Em apenas 14 anos a população mais do que dobrou e se olharmos o período de 1900 a 1934, vemos que a população mais do que triplicou. Assim como na Argentina, tal crescimento é explicado pela entrada massiva

dos imigrantes e sua influência na taxa de crescimento da população (CARVALHO, 2007).

Na região da Alta Mogiana no nordeste do estado paulista, a maior expoente da produção cafeeira e uma das mais importantes na economia brasileira, a presença dos imigrantes foi marcante. A população cresceu de 63.229 em 1886 para 414.499 em 1934, um aumento de mais de seis vezes e meia. Entre 1890 e 1930, a região recebeu mais de 109.000 imigrantes dedicados ao trabalho não apenas nas fazendas cafeeiras, como também nos setores de serviços das cidades da região. (BACELLAR&BRIOCHI, 1999, p. 152-153).

2. Os imigrantes na economia: o caso do desenvolvimento industrial

Não se pode negar a contribuição que os imigrantes tiveram para a economia dos dois países. A literatura destaca o papel do imigrante no desenvolvimento industrial, tanto do Brasil quanto da Argentina. Nos próximos parágrafos, discutiremos as principais teorias sobre a industrialização de ambos os países e focaremos na questão do imigrante neste tema.

Para explicar a industrialização no Brasil, Suzigan (2000) nos indica as quatro teorias mais aceitas pela historiografia⁶. A primeira teoria, a Teoria dos Choques Adversos, tem na CEPAL e em Celso Furtado seus maiores expoentes. Esta teoria se baseia nos choques externos e seus efeitos negativos sobre a importação de bens manufaturados, forçando um crescimento interno. A segunda corrente de pensamento, Industrialização liderada pelo Aumento das Exportações, defendida por Warren Dean (1971), estabelece uma relação direta entre as exportações do setor primário e a industrialização. A infraestrutura e as mudanças ocorridas na economia para atender o café – ferrovias, estradas, comércio exterior, mão-de-obra livre e imigrante, monetização da economia – deram as bases para o desenvolvimento industrial no estado de São Paulo. A terceira teoria, conhecida como capitalismo tardio, afirma que a industrialização ocorreu devido ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo influenciado principalmente por fatores internos e mais tarde, pelos externos. Essa teoria é defendida por Mello (1975), Silva (1976) e Cano (1977). A última teoria analisa

⁶ Para uma análise mais profunda e detalhada das teorias, veja Suzigan (2000, p. 23-42).

as políticas governamentais de fomento à indústria tendo no estudo feito por Versiani & Versiani (1977) seu maior expoente.

A teoria que explorada no presente trabalho como explicação para a evolução industrial apresentada pelo Brasil e pela Argentina no período é a teoria da industrialização liderada pela expansão das exportações. É à luz desta teoria que foram feitas as análises que compõe este *paper*.

Dean (1971, p. 9-14) em seu estudo sobre a industrialização de São Paulo, afirma que o café foi o grande responsável pela infraestrutura necessária para o surgimento da industrialização no estado paulista: “A industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café”. As ferrovias apareceram graças à expansão cafeeira e foram construídas visando o lucro que o café poderia proporcionar. O porto de Santos, por onde as matérias-primas para a indústria nascente chegavam e por onde o café era escoado para a Europa, também. O mercado cafeeiro proporcionou a contratação de mão-de-obra livre e remunerada, formada pelos imigrantes europeus. Tal remuneração em dinheiro permitia o aumento da circulação monetária no país e bem como a demanda por produtos manufaturados que até então eram escassos, levando à produção local desses produtos. A presença dos imigrantes como força de trabalho e dos profissionais técnicos europeus foi de grande valia para as primeiras indústrias instaladas no estado.

Lewis (1991) data o início da indústria moderna brasileira em 1880. Seguindo a ideia de Dean, o autor afirma que foi nessa época que houve um aprofundamento setorial, com a fabricação de artigos que não eram bens de consumo perecíveis e bens de capital. Já em 1930, a produção dominava o mercado nacional em vários setores. Em São Paulo, a indústria se mostrava interligada com a economia regional. Segundo Lewis, maioria dos autores interpreta essa fase como aprofundamento e diversificação industrial do que industrialização (LEWIS, 1991, p. 277).

Para a questão da industrialização na Argentina, existem também diversos autores e diversas teorias tentando explica-la.

Irigoin (1984, p. 1) em seu trabalho sobre a evolução da indústria argentina, faz uma análise das teorias mais aceitas e utilizadas para explicar esse processo. Segundo o autor, a maioria dessas teorias sustenta a ideia de que foi somente na década de 1930 que houve o processo de industrialização, derivado da política do governo de substituição das importações, após a crise de 1929. Outros teóricos afirmam que não se

pode falar de industrialização na Argentina antes da década de 1940. Poucos são os que destacaram o avanço industrial que tem início bem antes, na década de 1880⁷.

De acordo com Irigoin (1984, p. 1-2), autores como Di Telia & Zymelman (1967), Dorfman (1970) e Ferrer (1981), defendem que a industrialização ocorreu apenas no período após 1930. Guido Di Telia e Manuel Zymelman (1967) afirmam que a crise dos 1930 teve efeito acelerador sobre o desenvolvimento industrial, e que os anos 1940 recebem um novo impulso para a industrialização, com políticas governamentais que a favoreceram. Os autores não menosprezam os efeitos da Primeira Guerra Mundial associados à existência de uma infraestrutura básica, dizendo que isto criava, em 1914, as bases necessárias para o crescimento industrial. Ressalvam, no entanto, que entre 1914 e 1933 esse crescimento não se produziu, denominando o período de "a grande demora". Dorfman, (1970) reconhece a origem de indústrias argentinas no século XIX, mas afirma que como não houve nenhuma política adequada de fomento ou proteção, a indústria até 1913 possui de característica primitiva. Para este, é somente a partir da década de 1930 que começam as mudanças estruturais na economia argentina favoráveis à industrialização. Ferrer (1981) afirma que o desenvolvimento industrial começou com a crise dos anos 30, iniciando em 1930 e terminando a primeira fase da substituição das importações no fim da década de 1940. Irigoin defende que a indústria começou logo na década de 1880, dedicada a processar a matéria-prima do setor agroexportador.

Lenz (2004, p. 150) apresenta alguns dados quantitativos que mostram a evolução dos estabelecimentos industriais na Argentina. Começando em 1822, a capital Buenos Aires tinha 674 estabelecimentos industriais, evoluindo para 1265 em 1855. Já em 1895, o número havia se septuplicado, chegando a 8.439 estabelecimentos. Na província de Buenos Aires a situação não era diferente. Os estabelecimentos passaram de 2.144 em 1881 para 5.576 em 1895. A autora também afirma que as primeiras indústrias estavam voltadas para a elaboração da matéria-prima doméstica e se localizavam próximas aos mercados consumidores.

Entre os autores que defendem que a industrialização argentina começou logo na década de 1880, há um consenso sobre os fatores que a influenciaram. Começando em 1870, a Argentina passa a ter o poder político concentrado nas autoridades nacionais, levando à unificação do país. Buenos Aires passa a se tornar a capital federal. A esses

⁷ Ver: GALLO (1970); DÍAZ ALEJANDRO (1975); ROCK, (1986)

dois fatores, unem-se as Campanhas do Deserto, ocorridas com o objetivo de expandir as fronteiras e conquistas a região dos pampas, abrindo-a para a exploração econômica da nova terra e aumentando a produção de carne e cereais. Tendo-se conquistado o deserto, outro problema foi solucionado, o das invasões indígenas. Uma enorme massa de imigrantes chegara ao país, como já visto, buscando trabalho e servindo como colonos nessas novas áreas. (CONDE, 1986, p. 329-330).

Em 1914, as cidades mais importantes do Brasil e da Argentina já possuíam estabelecimentos industriais automatizados diversos, produzindo alimentos e bebidas com técnicas de produção em massa o que lhes permitia atender às demandas básicas de consumo interno. Muitas fábricas davam emprego a trabalhadores capacitados para manejar máquinas modernas, como as de fiar e tecer nas indústrias têxteis. Lewis reconhece que mesmo havendo avanços, o cenário ainda era composto em grande parte por oficinas pequenas, intensivas em trabalho (LEWIS, 1991, p. 240).

Diversos autores concordam e afirmam que os imigrantes foram responsáveis pelo crescimento e consolidação da classe empresarial, com profissionais técnicos qualificados ocupando as mais diversas posições dentro das fábricas e indústrias tanto do Brasil quando da Argentina⁸.

Os imigrantes tiveram um papel fundamental no processo de industrialização de São Paulo. Seja indiretamente, como no trabalho agrícola pelo sistema de colonato, seja diretamente, atuando como industriais ou como operários fabris. Tudo dependia do perfil dos imigrantes. Os primeiros colaboravam para a indústria no sentido de demandarem produtos industrializados e colaborarem para a circulação monetária. Os segundos eram compostos por uma classe de imigrantes que já vinham de seus países de origem com conhecimento técnico e se aventuravam no meio urbano, buscando melhores condições de vida e de trabalho, colaborando para o surgimento de uma classe empresarial. (SUZIGAN, 2000, p. 89-90).

Alguns dados retirados dos censos industriais e populacionais sustentam essa afirmação. Em 1893, 83,6% da força de trabalho na indústria de São Paulo era composta por estrangeiros, aumentando para 92% em 1900. Nesse ano, a população operária do estado foi calculada em 50.000 pessoas, e a população operária da cidade de São Paulo era de 8.000 pessoas sendo 60%, pouco mais de 5.000, estrangeiras. Em 1912, 82% dos trabalhadores no setor têxtil eram imigrantes, sendo 65% deles Italianos. Em 1920, 51%

⁸ Ver: IRIGOIN (1984); DEAN (1971); SUZIGAN (2000); LENZ (2004); COSTA (2007);

do total de trabalhadores do setor industrial eram imigrantes (PINHEIRO, 1997, p. 139; MIZUBUTI, 2001, p. 4).

Mizubuti (2001, p. 4) afirma que essa grande participação dos imigrantes na força de trabalho pode ser explicada pelo preconceito que se tinha, no país no período estudado, com relação ao trabalho braçal, visto como degradante por grande parte da população local ainda com mentalidade escravista. A recusa do homem brasileiro livre e branco em assumir postos nessas atividades e a recusa do negro em qualquer tipo de trabalho em afirmação de sua liberdade, levou o governo a criar políticas públicas de atração imigratória.

A região nordeste do estado de São Paulo, a região de Ribeirão Preto, merece atenção especial sendo uma das maiores produtoras de café do Brasil e a que atraiu a maior parte dos imigrantes que chegaram ao estado. As populações locais passaram a ser compostas por grande número de estrangeiros o que teve grandes efeitos na economia e na sociedade. Em 1886, estrangeiros em Ribeirão Preto não passavam de 7,3% da população. Em 1902, já eram 62%. O crescimento da população também foi espantoso, passando de 5.552 habitantes em 1886 para 52.929 em 1902 (SANTOS, 2006, p. 1-5).

O desenvolvimento industrial da cidade também foi influenciado pelos imigrantes. Dados contidos no *Anuário Commercial do Estado de São Paulo* de 1904, *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto* para 1913; *Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo* de 1928, 1929 e 1930, confirmam isso. A análise dos ramos da indústria e dos nomes dos industriais compreendidos nas fontes mencionadas revelaram a existência de estabelecimentos industriais desde 1890 e a presença de imigrantes como proprietários. Muitos dos empresários revelados pelas fontes documentais eram imigrantes e produziam produtos de difícil importação, tais como alimentos perecíveis e que eram demandados pelos seus compatriotas. Outros, após um tempo nas fazendas cafeeiras, decidiam tentar a vida na cidade, passando a compor a economia urbana. Em 1904 pode-se ver que existiam na cidade seis fábricas de massas, todas pertencentes a empresários com sobrenome italiano. Em 1913, os italianos mais uma vez aparecem no setor de massas e também no de bebidas, oficinas mecânicas e outros. Nos anos de 1928 a 1930, um crescimento ascendente da indústria e dos investimentos no setor industrial pode ser observado em Ribeirão Preto, sempre com a presença de imigrantes como empresários.

Na Argentina, o processo é semelhante. Irigoien (1984, p. 7) aponta a corrente imigratória de 1880 como um fator influente no desenvolvimento industrial do período.

Lenz (2004) mostra dados que confirmam a atuação dos imigrantes na indústria argentina. Em 1895, os imigrantes eram donos de 84,2% dos estabelecimentos industriais da Argentina. Em termos absolutos, havia 18.706 imigrantes atuando como proprietários contra apenas 3.498 argentinos nativos. Como operários para a indústria, os imigrantes representavam 63,3% do total, sendo 93.294 trabalhadores estrangeiros contra 52.356 nativos. Havia uma falta de interesse dos argentinos nativos na indústria, preferindo esses se manterem como proprietários de terra. Esta era de difícil acesso aos imigrantes, o que os levou a buscarem ascensão social através da indústria. (LENZ, 2004, p. 150-151).

Tabela 5: Porcentagem de estrangeiros atuando nos setores da economia Argentina em 1914.

	Comércio	Indústria	Agricultura
Argentina	62,1%	44,3%	38,9%
Buenos Aires	72,5%	68,8%	55,1%

Fonte: Adaptado de Gallo (1986, p. 365)

Em 1914, os imigrantes eram responsáveis por 62,1% do emprego no comércio, 44,3% na indústria e 38,9% da agropecuária da província. Na cidade de Buenos Aires, os imigrantes estavam presentes em 73,5% dos trabalhos no comércio e 68,8% na indústria. Na área rural da província de Buenos Aires, o emprego dos imigrantes no setor rural era de 55,1% e em Santa Fé, 60,9%. A participação dos imigrantes no nível empresarial em 1914 na indústria e no comércio era de 68,4%. A grande presença de imigrantes nas atividades urbanas se justifica também pelo fato deles terem se concentrado nas cidades litorâneas (GALLO, 1986, p. 365).

Conclusão

Até 1870, o Brasil e a Argentina tinham seus cenários econômicos e sociais parecidos. Baixa densidade populacional, grandes espaços vazios, baixo ritmo econômico caracterizavam os dois países. A integração de ambos no cenário econômico

internacional fez com que a economia baseada na exportação de gêneros primários de expandisse. Com ela, ocorreram investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes, com as ferrovias, que tiveram um papel fundamental na integração dos mercados produtores do interior com os centros consumidores e com os portos exportadores. Também por meio das ferrovias se dava a dispersão da nova população imigrante para o interior dos países. As duas economias exerceram a atração de imigrantes, seja para a substituição da mão-de-obra escrava, como no Brasil, seja para a colonização e aumento do mercado trabalhador, como na Argentina.

Como pudemos ver, a presença dos imigrantes foi de extrema importância para o desenvolvimento dos dois países. Ainda que o propósito da imigração em ambos tenha sido, a princípio, distinto, o efeito da presença dos estrangeiros trouxe resultados semelhantes. Nas sociedades, as enormes massas de imigrantes que entraram no período influenciaram marcadamente o crescimento populacional tanto quantitativo quanto vegetativo e no crescimento das cidades. Vemos que tanto na cidade de São Paulo como na de Buenos Aires, os imigrantes compunham boa parte dos habitantes no período.

A presença dos imigrantes levou a uma maior circulação monetária, aumento da demanda por produtos industrializados e o desenvolvimento do mercado consumidor, além do começo do surgimento de estabelecimentos industriais paralelamente à sua chegada. Essa demanda local por bens industrializados aliada com a crescente renda advinda da economia exportadora, a economia monetária e a modernização da infraestrutura propiciaram a expansão das manufaturas destinadas ao mercado interno.

Os imigrantes tiveram papel ativo no desenvolvimento da indústria. Pelos dados contidos nos censos e estatísticas analisadas, vemos que a participação do imigrante nesse setor nos dois países era forte. Tanto no Brasil quanto na Argentina, a maioria dos trabalhadores na indústria eram os estrangeiros durante todo o período analisado. Muitos que tinham conhecimentos técnicos adquiridos previamente em suas terras natais e decidiam se aventurar como industriais, como visto pelo percentual de estabelecimentos pertencentes aos imigrantes.

Referências Bibliográficas

Fontes

IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas*, vol. I. Rio de Janeiro: IBGE/1986. Localizado na biblioteca virtual do IBGE: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf

ARGENTINA. *Primer censo de la Republica Argentina, 1869* (Buenos Aires, 1872).

ARGENTINA. *Segundo censo de la Republica Argentina, 1895*, vol. II (Buenos Aires, 1898).

ARGENTINA. *Tercer censo nacional, 1914*, vol. II (Buenos Aires, 1916).

SÃO PAULO. *ANUARIO COMMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O ANNO DE 1904*.

SÃO PAULO. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo, 1930.

SÃO PAULO. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1929*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo, 1930.

SÃO PAULO. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo, 1931.

Bibliografia

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.) *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH, 1999.

CARVALHO, D. F. de, Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. *Revista Histórica*. Ed. 27, Nov./2007.

CONDE, R. C. La Expansión de la Economía Argentina entre 1890 y 1914 y el papel de la inmigración. *Cahiers du Monde Hispanique et luso-brésilien, n° 10, Numéro Spécial Consacré à l'Argentine*, p. 67-88, 1968.

_____. "The growth of the Argentine economy, c. 1870-1914" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 327-259, Cambridge University Press, 1986.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. "Brazil: the age of reform, 1870-1889" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 725-778, Cambridge University Press, 1986.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

_____. "The Brazilian economy, c. 1870-1930" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 685-724, Cambridge University Press, 1986.

DEVOTO, J. “Imigração Europeia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas (1850-1914)” In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 1ªed. São Paulo: EDUSP, 2000.

DÍAZ-ALEJANDRO, C. F. *Ensayos sobre la historia economica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.

FAUSTO, B. “Brazil: the social and political structure of the First Republic, 1889 - 1930” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 779-830, Cambridge University Press, 1986.

FAUSTO, B. “Imigração e Participação Política” ST: OS IMIGRANTES E A POLÍTICA NO BRASIL. XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, CAXAMBU, MG, 1993.

FURTADO, C. *A economia latino-americana*, 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLO, E. “Argentina: society and politics, 1880-1916” In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*, v. 5, p. 359-392, Cambridge University Press, 1986.

GIFUN, F. V. *Ribeirão Preto 1880-1914: the rise of a coffee country or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer*. Tese de PhD, University of Florida, Florida, 1972.

HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

IRIGOIN, A. M. La Evolución Industrial en La Argentina (1870-1940). *Libertas (Revista Semestral de ESEADE)*, n.º 01, Buenos Aires, out./1984.

KLEIN, H. S. “Migração Internacional na História das Américas” In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. 1ªed. São Paulo: EDUSP, 1999.

LAMOUNIER, M. L. Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

LATTES, Z. L. R. LATTES, A. E. *La población de Argentina*. Buenos Aires, 1975.

LENZ, M. H. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

LEWIS, C. M. “La consolidación de la frontera argentina a fines de la década del setenta”. In FERRARI, G. GALLO, E. *La Argentina del ochenta al centenario* Buenos Aires, 1980.

_____. La industria en América Latina antes de 1930 In, BETHELL, L. (org.) *Historia de América Latina. Vol.7: América Latina: Economía y Sociedad, c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 231-280. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

MIZUBUTI, S. Sobre a formação da mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira (1890-1930). *GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense*, v. 3, nº 5, 2001.

PINHEIRO, P. S. O Proletariado Industrial na Primeira República. In FAUSTO, B. (org.) *O Brasil republicano vol. 2: sociedade e instituições (1889-1930)* 5ªed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ROCK, D. "Argentina in 1914: the pampas, the interior, Buenos Aires" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

_____. "Argentina from the first world war to the Revolution on 1930" In: BETHELL, L. (org.) *The Cambridge History of Latin America c. 1870-1930*. Vol. 5, p. 359-392. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, J. R. dos. *Imigração e Ascensão Social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, 2006.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento* 2ª ed., São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.